

Relatório de Atividade do Conselho Geral - 2014

(Ponto 3 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral Anual de 30 de março de 2015)

Excelentíssimos (as) Associados (as)

No cumprimento das disposições estatutárias, ao Conselho Geral é grato submeter à vossa apreciação o relatório de atividade relativo ao ano de 2014 que, na essência, consubstancia-se na apreciação detalhada de processos que especificamente lhe foram cometidos e na análise da matéria informativa que o Conselho de Administração lhe disponibilizou, para emissão de parecer e para efeitos de deliberação.

O ano de 2014 voltou a não ser fácil. Contudo, cientes das dificuldades, acreditamos que temos um projeto a cumprir e que não nos faltará a determinação, a orientação e a capacidade para, dotados das ferramentas adequadas, gerirmos com rigor e sentido de mudança os novos tempos que se avizinham e, para os quais, o Montepio se encontra preparado, sem nunca comprometer os princípios de humanismo, de solidariedade e de mutualismo pelos quais se rege.

É igualmente gratificante evidenciar o facto da mais antiga Associação Mutualista portuguesa ter ultrapassado os 600 mil associados e, apesar do contexto de adversidade, podermos afirmar que o Montepio Geral Associação Mutualista tem consolidado a sua missão de utilidade pública na oferta de modalidades para aplicação de poupanças com finalidades de previdência e de serviços e equipamentos sociais, como resposta complementar aos sistemas públicos de segurança social e de saúde.

E, dito isto, caro(a) Associado (a), é convicção do Conselho Geral que é preciso crescer, reafirmar um lugar que já nos pertence há 175 anos, aproveitando tudo quanto aprendemos, mas também aprender de novo, empenhar, dedicar e progredir.

Para o efeito, o Conselho Geral não pode deixar de destacar que o crescimento, dinâmico e sustentado do Montepio Geral Associação Mutualista, é fruto do empenho, dedicação e

esforço de uma equipa de grande valor profissional e humano, que tem sabido responder aos desafios e oportunidades que se lhes deparam.

Atividades desenvolvidas em 2014

Ao longo do ano de 2014, o Conselho Geral reuniu nove vezes, sendo quatro em sessão extraordinária, para apreciar, analisar e/ou deliberar sobre todas as matérias que o Conselho de Administração lhe submeteu e a que este órgão procedeu em conformidade com as competências que lhe estão atribuídas estatutariamente.

Nesse sentido, apresentam-se os temas abordados em cada uma das sessões e as respetivas deliberações e pareceres.

- **Sessão de 11 de março**

Relativamente ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração e às Contas do exercício de 2013 do Montepio Geral Associação Mutualista, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, matéria de deliberação em Assembleia Geral, o Conselho de Administração apresentou o documento, começando por uma análise mais macro, da economia portuguesa, percorrendo os aspetos conjunturais, e depois a atividade em si da Instituição.

O Conselho de Administração começou por enquadrar o exercício de 2013 e destacar a conjuntura de crise pelo qual tinha sido marcado esse ano, nomeadamente pelas Políticas de Assistência Económica e Financeira e pelas políticas restritivas, e pela antevisão de uma nova fase de crescimento.

Realçou, pese embora a complexidade do quadro de atividade e das exigências colocadas ao setor, que o ano de 2013 tinha sido pontuado de realizações, acontecimentos e desempenhos que voltavam a marcar de forma indelével o percurso do Montepio Geral Associação Mutualista. A atividade e o desempenho registados tinham feito prova, uma vez mais, da capacidade da Instituição e da preparação das suas

equipas na identificação dos desafios e das novas tendências e na necessária adaptação, modernização e resposta às necessidades e expectativas reveladas pelos associados.

A mudança refletida na reforma do sistema de governo ocorrida com a separação das estruturas de governação do Montepio Geral Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral vinha garantir, além da singularidade inerente a uma organização com as características do Montepio, a adequação das funções dos diversos órgãos à dimensão e exigência da maior estrutura da Economia Social em Portugal.

Evidenciadas as atividades associativa e económico-financeira do Montepio Geral Associação Mutualista, vários membros do Conselho Geral proferiram comentários e solicitaram esclarecimentos sobre o documento em causa.

Após as devidas intervenções e esclarecimentos obtidos, o Conselho Geral deu o seu parecer favorável ao documento a submeter à Assembleia Geral para aprovação.

Dando continuidade à sessão, foi aprovado por unanimidade, o relatório anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Geral, a submeter à Assembleia Geral para apreciação.

Esta sessão foi dada por terminada após a aprovação do calendário anual das sessões deste órgão associativo, salvaguardando o facto de poderem ocorrer reuniões extraordinárias sempre que tal se justificasse.

- ***Sessão de 29 de abril***

Nesta sessão extraordinária procedeu-se à análise da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de obter a deliberação, por parte do Conselho Geral, sobre a participação financeira do Montepio Geral Associação Mutualista no Agrupamento Complementar de Empresas denominado Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE.

Considerando os pressupostos da referida proposta, isto é, a participação do Montepio Geral Associação Mutualista, no capital do designado Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), com uma percentagem de 65%, o Conselho Geral aprovou a mesma por unanimidade.

- ***Sessão de 17 de junho***

Face à renúncia ao mandato de administrador do Montepio Geral Associação Mutualista, o Senhor Dr. Álvaro Dâmaso, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, sobre a aceitação da renúncia, que foi admitida.

Após esta votação e o agradecimento do próprio pela colaboração recebida ao longo do exercício das suas funções, deu-se continuidade à sessão com a apreciação da evolução das empresas do Grupo Montepio.

O Conselho de Administração começou por referir que, em relação à Associação Mutualista, foram ultrapassados os 600 mil associados, uma marca histórica com a qual todos deviam congratular-se. Em relação à Caixa Económica destacou o aumento contínuo de clientes particulares e clientes empresa, fundamentalmente de PME's.

Em relação às outras empresas foi destacada a forma como vinha a desenvolver-se a atividade de cada uma das suas áreas de atuação, ao longo dos primeiros meses do ano, tendo sido acordado retomar este tema em futura reunião.

- ***Sessão de 25 de junho***

Nesta sessão extraordinária foi dada continuidade à apreciação da evolução das empresas do Grupo Montepio.

Usando a palavra, alguns conselheiros referiram que se algumas empresas tinham melhorado a sua atividade, outras tinham apresentado resultados abaixo do esperado, o que conduziria a uma reflexão estratégica.

De igual modo, foi colocada a questão do Banco Terra e da publicação das contas consolidadas da Associação Mutualista relativas a 2013 que o Conselho de Administração esclareceu já ter sido obtida a autorização do Banco de Moçambique e estar em curso a autorização por parte do Banco de Portugal.

Não descurando a preocupação manifestada pelo Conselho de Administração em relação aos efeitos da interação da crise financeira com a atividade económica à escala global, não pôde o Conselho Geral deixar de manifestar o seu agrado ao constatar que o desempenho das empresas participadas foi globalmente satisfatório, fruto da estratégia delineada.

Em relação às contas consolidadas, foi referido que estavam a ser cuidadosamente preparadas, e foi mencionada a efetivação de reuniões em curso entre equipas da área de seguros e do Montepio, para abordar as questões relacionadas com a solvência II e da sua aplicabilidade às mutualidades e suas consequências, e ao Montepio Geral Associação Mutualista em particular, de acordo com as regras adequadas à natureza da instituição.

Ao terminar este ponto da ordem de trabalhos foi ainda mencionado que esta matéria estava a ser objeto de negociações e estudos, por conseguinte, só mais tarde, poderiam ser abordadas de forma mais consistente.

Antes de terminar esta sessão, e ainda no âmbito de participações financeiras, o Conselho de Administração reportou a uma reunião do Conselho Geral, ocorrida no ano anterior, onde fora discutida a questão da venda da Finibanco Vida - Companhia de Seguros, S.A. e aprovada a sua alienação.

No entanto, tinha surgido um outro comprador interessado, oferecendo condições mais favoráveis. Assim sendo, e só depois da aprovação por parte do Conselho Geral, seriam desencadeados os procedimentos necessários.

Para o efeito, foi distribuído um documento para análise e deliberação na reunião seguinte.

- **Sessão de 03 de julho**

Na sequência da reunião anterior, e também em sessão extraordinária, o Conselho de Administração apresentou a proposta de alienação pelo Montepio Geral Associação Mutualista, da sua participação de 100% no capital da sociedade Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A., a favor do Banco BIC, pelo valor de € 13.000.000,00 (treze milhões de euros).

Face à proposta apresentada alguns conselheiros colocaram questões, nomeadamente a existência, ou não, de outras entidades interessadas no negócio; a alteração, ou não da sua denominação social, entre outras.

Respondendo às diversas questões colocadas, o Conselho de Administração lembrou o que tinha sido afirmado, aquando da reunião de dezembro de 2013, sobre este assunto, e que se tratava de resolver a questão da existência de duas seguradoras do Ramo Vida.

Por um lado, não parecera adequado manter ambas, por outro lado, não parecera apropriado proceder à sua fusão, pelo que o que fazia sentido era, aparecendo um comprador, vender a referida companhia de seguros. O que estava em causa era uma solução que passava pela venda da totalidade (100%) das ações que constituem o capital social da seguradora, toda a sua estrutura física, o seu sistema informático, a totalidade do seu quadro de pessoal. Isto é, seria vendida na totalidade por treze milhões de euros, reportado ao valor atuarial da carteira de seguros a ser transferida. A carteira que ficava rondava os dez milhões de euros.

O Conselho de Administração esclareceu, ainda, que o primeiro negócio não se tinha concretizado por falta de decisão da outra parte e que o preço agora em discussão era um ótimo preço.

Dada por terminada a sessão, o Conselho Geral votou a proposta, por maioria, com uma abstenção.

- **Sessão de 18 de julho**

Esta reunião, em sessão extraordinária, foi convocada para tomar conhecimento e apreciar o projeto de modificações normativas respeitantes às mutualidades, no âmbito da transposição para a lei portuguesa das regras de Solvência II.

Mas, antes de entrar diretamente na ordem de trabalhos, foi lida, por parte do Conselho de Administração, uma evocação ao Senhor Professor Manuel Jacinto Nunes, recentemente falecido, personalidade distinta e muito marcante na atividade e desenvolvimento do Montepio Geral.

Retomando a sessão, e de acordo com a publicação, em regime de consulta, no *site* do Instituto de Seguros de Portugal de um ante - projeto de um Decreto-Lei que visava a transposição para a ordem interna das regras de solvência II, as associações mutualistas abrangidas pelo regime geral ficariam impedidas de desenvolver a atividade seguradora, enquanto associações mutualistas, e teriam de se transformar em companhias seguradoras ou vender a respetiva carteira a uma companhia de seguros.

O Conselho de Administração explicou ainda quais as diligências efetuadas, nomeadamente a recolha de opiniões, a nível académico e aos aspetos de supervisão.

E, face à apreciação e discussão do projeto, não só das linhas de orientação estratégica apresentadas pelo Conselho de Administração, mas também das ações e diligências desencadeadas, o Conselho Geral manifestou a sua total concordância e apoio.

- **Sessão de 07 de outubro**

Retomando as reuniões ordinárias aprovadas de acordo com o calendário estabelecido, o Conselho Geral reuniu para apreciar as contas do primeiro semestre de 2014, apresentadas pelo Conselho de Administração.

Apesar da quantidade e intensidade dos desafios, e o contínuo cenário de incertezas externas e internas, as atividades desenvolvidas e o desempenho registado pelo Montepio Geral Associação Mutualista fizeram prova, uma vez mais, da capacidade de adaptação, aliada à longevidade do Montepio e à acumulação da experiência secular como fatores determinantes no reforço do capital de confiança junto dos associados.

Para o Conselho Geral, que acompanhou regularmente a atividade da Instituição - num contexto adequado à sua crescente dimensão e complexidade -, é particularmente grato assinalar, uma vez mais, que os objetivos, orientações e medidas que foram delineadas, aliados ao esforçado empenhamento dos seus colaboradores, foram fatores determinantes no reforço do capital de confiança junto dos associados.

No primeiro semestre de 2014, a evolução da atividade do Montepio continuou a ser condicionada pelo cumprimento dos objetivos e medidas no âmbito do *Funding & Capital Plan* (FCP) – Plano de Financiamento e Capital, que tem vindo a ser solicitado no quadro do Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) ao país, o qual é controlado e revisto trimestralmente por parte das autoridades competentes (Banco de Portugal e *Troika*).

Na Caixa Económica Montepio Geral, verificou-se o prosseguimento da sua atuação transparente, rigorosa e dinâmica, aliada ao incremento da diversificação das suas atividades, bem como a melhoria dos processos de gestão dos riscos e o desenvolvimento do sistema de controlo interno.

Em relação às outras empresas do Grupo, procedeu-se ao reajustamento e reorganização de algumas das entidades, bem como à continuação da racionalização e otimização dos recursos, com vista à redução dos custos operacionais.

O Conselho Geral colocou várias questões, nomeadamente no que a imparidades diz respeito, que foram esclarecidas pelo Conselho de Administração, e lembrou a

conjuntura económica que o país atravessava e o seu impacto negativo, que não favorecia o Estado nem as empresas, instituições ou famílias.

Os factos e indicadores de desempenho espelhados na documentação, completa e clara, que foi disponibilizada, permitiu ao Conselho Geral afirmar, uma vez mais, que o nível de desempenho registado, quer na Associação Mutualista quer na Caixa Económica quer nas restantes empresas, foi essencialmente fruto de gestão prudente e segura das atividades, na diversificação das áreas de negócio, do reforço da política de racionalização da estrutura de custos e pelo crescente aprofundamento da lógica de uma instituição multi-especialista.

Seguiram-se informações e sobretudo esclarecimentos sobre notícias difundidas na imprensa sobre o BES e a sua ligação ao Montepio que o Conselho de Administração não quis deixar de relevar e esclarecer a não existência de uma auditoria forense, mas sim de uma auditoria especial, uma prática comum em toda a banca.

- ***Sessão de 04 de novembro***

Relativamente às Linhas Gerais de Orientação Estratégica e dos Planos Plurianuais para o triénio 2015/2017, o Conselho Geral apreciou minuciosamente o acervo de documentação que lhe foi facultada, cuja elaboração e apresentação esteve a cargo do Conselho de Administração, que começou por enquadrar os objetivos, as orientações e as medidas propostas tendo em vista mitigar os impactos dos riscos e concretizar as linhas de desenvolvimento.

Apesar das preocupações que mereciam destaque e que passavam, designadamente pela reorganização do Grupo Montepio e pelo desenvolvimento de um sistema de controlo interno, existiam, também, grandes oportunidades na Associação Mutualista para rendibilizar estruturas para obter e criar valor para o Associado.

Assim, no essencial, as Linhas de Orientação Estratégica para o triénio 2105-2017 evidenciavam:

- Prosseguir o crescimento e a fidelização da base associativa;
- Desenvolver o sistema de controlo interno e reforçar as capacidades de gestão de riscos;
- Aprofundar a notoriedade da diferenciação da oferta;
- Concretizar o reajustamento organizacional do Grupo, por forma a obter eficiência, flexibilidade e condições de desenvolvimento;
- Prosseguir as ações de apoio social complementar;
- Prosseguir as ações de dinamização sociocultural e dar um grande contributo para as questões da cidadania.

O Conselho de Administração não quis deixar de salientar a importância das prioridades de algumas das Linhas de Orientação Estratégica que tinha a ver com as prioridades, em que o crescimento da base associativa se mantinha como prioritário, mas as questões relacionadas com o controlo interno e as capacidades para gerir a atividade eram questões que iriam passar por um escrutínio que requeriam resposta adequada.

Outras questões relacionadas com a Associação Mutualista foram colocadas, particularmente as relacionadas com o código mutualista e as alterações em termos de governo das associações mutualistas.

O Conselho Geral não quis também deixar de referenciar o setor da educação como uma das áreas de intervenção, por parte da Associação Mutualista, que gostaria de ver de uma forma mais consistente.

O trabalho desenvolvido pelo Conselho de Administração foi elogiado e o Conselho Geral deixou também uma palavra de apreço pela infraestrutura técnica que contribuíra para a elaboração do documento.

Após terem sido questionadas várias matérias consignadas no documento em análise, e obtidos os respetivos esclarecimentos, o Conselho Geral, dentro da sua competência deliberativa, aprovou por unanimidade o documento em questão.

Na sequência da obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas, de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), foram as mesmas procedidas de parecer favorável por parte do Conselho Fiscal, para posterior aprovação por parte da Assembleia Geral.

As contas consolidadas, consideradas de grande importância, foram objeto de discussão e solicitação de esclarecimentos que culminou na apreciação positiva de todos os conselheiros.

- **Sessão de 02 de dezembro**

Na sequência do que se disse nas anteriores sessões sobre a conjuntura macroeconómica recessiva e a sua repercussão na atividade do Montepio, o Programa de Ação e Orçamento da Associação Mutualista para 2015, matéria de deliberação em Assembleia Geral, teve por base, na sua elaboração, uma visão realista e, em linha de conta, a evolução do enquadramento global económico e financeiro.

Conscientes dos desafios de natureza económica e social acrescem os desafios relacionados com crescentes exigências regulamentares, prudenciais e de controlo interno.

Neste contexto o Programa de Ação proposto pelo Conselho de Administração, um desdobramento do que já fora aprovado nas Linhas de Orientação Estratégica, apontava objetivos para 2015, tais como:

1. Prosseguir o crescimento e a fidelização da base associativa como as principais preocupações, acompanhada de uma comunicação mais rigorosa e eficaz. Seria também aprofundar o processo de transformação de clientes da Caixa Económica, assim como alargar esse processo a clientes de outras empresas do Grupo, transformando-os em associados;
2. Desenvolver o sistema de controlo interno e reforçar as capacidades de gestão do risco que, para além de serem questões que estavam na linha de prioridades, não

era descurado o facto de todos os modelos de supervisão estarem em profunda mutação e serem cada vez mais exigentes;

3. Concretizar o reajustamento organizacional do Grupo com a conclusão dos trabalhos de reorganização a culminar num quadro equilibrado de funcionamento dentro da estrutura do Grupo, assumindo que a Associação Mutualista seria a cabeça de todo o grupo, criando mecanismos de controlo por parte desta e, naturalmente, encontrar flexibilização funcional e otimização de capital e de recursos em toda a organização;
4. Aprofundar a notoriedade da diferenciação da oferta. Neste âmbito o Conselho de Administração salientou o facto de, pela primeira vez, as contas terem sido apresentadas em conferência de imprensa.

Aproveitou também a oportunidade para informar o Conselho Geral de que seriam desenvolvidas campanhas de promoção e divulgação das soluções mutualistas, bem como de materiais de apoio à ação comercial com características de diferenciação e vantagens comparativas da oferta mutualista;

5. Prosseguir as ações de apoio social e desenvolver a política de sustentabilidade, com a Fundação Montepio a desempenhar um papel importante, no sentido de continuar a aprofundar a responsabilidade social do Grupo, numa perspetiva cada vez mais sustentável e transversal na nossa sociedade;
6. Alargar a oferta nos domínios da Proteção Social Complementar, Saúde, Bem-Estar e Equipamentos Sociais, prosseguindo a inovação de benefícios complementares para os associados e seus familiares. O alargamento da oferta significava também afirmar um dos nossos valores, ser uma instituição parceira, aproveitando as oportunidades, acrescentando valor para a Associação Mutualista e para os seus Associados;
7. Prosseguir as ações de dinamização sociocultural através da expansão a outras regiões os Espaços M, os quais eram dedicados ao desenvolvimento do conhecimento, instrução, cultura e lazer dos associados;
8. Divulgar e promover o mutualismo e a cooperação institucional, aprofundando a política de comunicação e informação no domínio da literacia financeira e de estímulo de poupança, desenvolvendo ações de divulgação através dos *media*.

Face ao exposto, vários conselheiros intervieram, alguns dos quais com a colocação de dúvidas sobre as quais solicitaram esclarecimentos. Era disso exemplo o facto de, em 2015, ser ultrapassado em 5% o número de associados, em relação a dezembro de 2014.

O Conselho de Administração esclareceu que, nos últimos anos, o crescimento em número de associados, rondava os 40 a 50 mil associados, existindo um interesse cada vez maior nas questões do mutualismo e, por conseguinte, o número estimado não seria difícil de atingir.

Considerado por uns conselheiros como um Programa ambicioso, pelos objetivos que se propunha realizar, mas também ambicioso relativamente ao contexto que era bastante adverso, foi manifestada uma certa preocupação, pois não poderia ser dissociado da situação do País.

Ainda em relação às ações a desenvolver e desenvolvidas ao apoio de iniciativas da economia social e aos Espaços Atmosfera M, o Conselho de Administração informou que o seu arranque foi no Porto, seguindo-se em Lisboa e posteriormente numa cidade do interior, com a cooperação da respetiva autarquia local.

Alguns conselheiros destacaram a existência de promotores mutualistas, lançando a ideia de se conseguir, através da divulgação e do aprofundamento das relações com os nossos associados, tornar cada associado num verdadeiro promotor voluntário. Destacou-se ainda a importância de desenvolver as modalidades coletivas e, por fim, em relação a uma questão sobre internacionalização da Associação Mutualista foi referido que, teoricamente, seria possível que a Associação Mutualista exercesse a sua atividade no território da União Europeia, através dos mecanismos normais de estabelecimentos ou da prestação transfronteiriça de serviços, como acontecia com outras empresas.

No entanto, nessas empresas existiam regras prudenciais que permitiam a apreciação das capacidades de endividamento e insolvência, em termos europeus, que não existem em relação às mutualidades, o que limita as suas possibilidades de atuação.

Finalmente o Conselho de Administração informou sobre a realização de eleições na União das Mutualidades Portuguesas.

Dando por terminada a sessão, após a obtenção de todos os esclarecimentos e informações, o Conselho Geral pronunciou-se favoravelmente sobre o Programa de Ação e Orçamento para 2015, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, a ser apresentado em Assembleia Geral de 22 de dezembro, para deliberação.

Ao concluir o presente Relatório, o Conselho Geral manifesta o seu apreço ao Conselho de Administração, bem como ao Conselho Fiscal, pela correta e esclarecedora elaboração dos processos e documentos, que permitiram sustentar as deliberações e pareceres tomados, bem como os meios disponibilizados, condições que muito contribuíram para facilitar o exercício das competências que estatutariamente lhe estão cometidas.

Lisboa, 12 de março de 2015

O Presidente do Conselho Geral

Vitor José Melícias Lopes